

| 2017

Relatório  
anual

Relatório  
corporativo

Relatório  
económico

**cmie**



# 2017

## Relatório anual

► Relatório  
corporativo

Relatório  
económico

57

## Índice

### 1

Carta da  
Presidência

4

### 2

Estrutura e  
Governo Corporativo

10

### 3

Quadro regulador  
e desafios para a  
descarbonização da economia

14

### 4

A atividade  
do OMIE

24

### 5

O nosso  
compromisso

42

### 6

A energia diz  
respeito a todos

50

# 1. Carta da Presidência





O nosso mercado ibérico está acoplado com a Europa e os preços são formados conjuntamente com os restantes operadores europeus.



# 1. Carta da Presidência

A nossa empresa opera o Mercado Ibérico da Eletricidade (MIBEL), constituindo uma peça essencial no funcionamento do sistema elétrico ibérico, tudo isto em conformidade com o disposto na Convenção Internacional assinada pelo Reino de Espanha e a República Portuguesa em Santiago de Compostela no dia 1 de outubro de 2004. Para além disso, somos o Operador Designado para o Mercado Elétrico (NEMO) em Espanha e Portugal desde o ano 2015, desempenhando a função regulada na UE de acoplamento do nosso mercado com o resto da Europa.

A nossa principal responsabilidade é gerir um mercado “spot” dos mais líquidos da UE e que em 2017, em termos de energia, negociou um volume superior a 280 TWh, equivalentes a 85% do consumo elétrico da Península Ibérica. Isto significou um volume económico de 15.193 M€, 37,8% mais do que no ano 2016.

O nosso mercado ibérico está acoplado com a Europa e os preços são formados conjuntamente com os restantes operadores europeus, utilizando o mesmo algoritmo (EUPHEMIA) e otimizando o uso das capacidades comerciais disponíveis nas interligações. Em 2017, o mercado registou preços cerca de 32% mais altos do que em 2016, como consequência de uma menor participação da geração hidráulica e eólica. Nomeadamente, o preço médio foi de 52,24 €/MWh em Espanha e de 52,48 €/MWh em Portugal, resultando o mesmo preço em ambos os países durante mais de 93% das horas.

Com este modelo regulado para a operação conjunta do MIBEL, a OMIE liderou o processo de integração dos mercados diários que, desde o ano 2014, permite o acoplamento de mais de 75% da procura europeia.

Deve salientar-se que em julho de 2017 se cumpriram dez anos da integração do mercado spot de eletricidade na Península Ibérica e neste mês de janeiro, vinte anos da criação do mercado grossista de eletricidade em Espanha.

Nesta linha, a nossa empresa participa ativamente no desenvolvimento do novo mercado intradiário contínuo transfronteiriço (conhecido como XBID). O lançamento deste novo mercado europeu está previsto para junho deste ano e representará um passo mais no processo de construção do Mercado Interior da Energia.

As instituições europeias estão a realizar um intenso trabalho no que respeita às propostas da Comissão Europeia sobre “Energia limpa para todos os europeus”. Em matéria de mercado interior, estas propostas consolidam o papel dos NEMOs e incidem sobre aspetos relevantes do desenho do mercado elétrico, em linha com o modelo de mercado já implantado para a Península Ibérica há mais de dez anos.

A OMIE também participa na implementação da regulação europeia de pormenor em conformidade com o Regulamento (UE)

2015/1222 da Comissão, de 24 de julho de 2015, pelo qual se estabelece uma diretriz sobre a alocação de capacidade e a gestão do congestionamento, assim como nos trabalhos e acordos para a operação conjunta dos mercados diários e intradiários. O principal marco em 2017 neste âmbito foi a aprovação por parte de todos os reguladores europeus do Plano de Operação de Acoplamento de Mercados proposto por todos os NEMOs, que neste momento se encontra em fase de implementação.

No que respeita a outras atividades que desenvolvemos em 2017, a nossa empresa foi designada em Espanha pelo Ministério da Energia, Turismo e Agenda Digital para realizar dois leilões para a atribuição da nova potência renovável, com a finalidade de avançar no objetivo de 20% de energia renovável em 2020. No total, foram adjudicados 8.037 MW com o máximo desconto em ambos os casos e, portanto, minimizando o custo para o consumidor elétrico.

**Ignacio Grangel Vicente**  
Vice-presidente de OMIE

**Artur Trindade**  
Presidente de OMIE



Como se pode apreciar neste Relatório, a nossa empresa continuou a desempenhar a sua atividade cumprindo plenamente as funções encomendadas pela regulação e obteve uns resultados económicos que não teriam sido possíveis sem a dedicação e o profissionalismo da equipa de pessoas que integram o Operador do Mercado Ibérico e sem o apoio dos nossos acionistas e dos membros do Conselho de Administração.

Enfrentamos uma época de profunda transformação no setor energético, que implicará um aumento da eletrificação da sociedade, e, portanto, os mercados elétricos estão chamados a desempenhar um papel cada vez mais importante para continuar a dar os sinais de investimento adequados e abordar os diferentes desafios que se colocam relativamente à maior participação de energias renováveis no

mercado e de novos atores derivados das normas comunitárias. A OMIE também está preparada para contribuir para as necessidades que possam colocar-se pela digitalização dos mercados energéticos e trabalha para oferecer novos serviços à sociedade.

Assim, como parte essencial da gestão e funcionamento do sistema elétrico, estamos chamados a contribuir com a nossa experiência para este importante processo de transição energética. Fizemos vinte anos e trabalharemos, juntamente com as restantes empresas do grupo OMI, para continuar a contar com a confiança dos reguladores, de todos os agentes e dos nossos acionistas, para desenvolver um modelo de mercado que responda às necessidades do nosso sistema ibérico de eletricidade.



A OMIE também está preparado para contribuir para as necessidades que possam colocar-se pela digitalização dos mercados energéticos e trabalha para oferecer novos serviços à sociedade.

## Nossos números:



15.193

Milhões de euros

Volume econômico gerido pela nossa empresa em 2017

+37,8%

do que em 2016



281

TWh

Em termos de energia



85%

Demanda MIBEL

## 2. Estrutura e governo Corporativo



## 2.1. Do Operador do Mercado Ibérico

O Operador do Mercado Ibérico (OMI) é regulado pelo Acordo Internacional relativo à criação de um mercado ibérico de electricidade entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa, realizado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004.

O OMI é constituído por duas empresas-mãe, a OMEL e a OMIP SGPS, com sede em Espanha e Portugal, respetivamente, e participações cruzadas de dez por cento. Ambas as empresas possuem 50% de cada uma das empresas de administração de mercado.

Em relação à estrutura do negócio, o Operador do Mercado Ibérico é constituído por duas empresas de gestão de mercado, uma com sede em Espanha, a OMI-Polo Español (OMIE) e outra com sede em Portugal, a OMI-Polo Português (OMIP). Ambas as sociedades gestoras detêm uma participação de 50% (cinquenta por cento) na empresa OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia S.A.

Por tanto, o OMIE é a empresa responsável pela gestão do mercado spot a nível ibérico e realiza também o faturamento e a liquidação da energia comprada e vendida no referido mercado. Por outro lado, o OMIP gere os mercados da electricidade a prazo e a OMIClear é a câmara de compensação do grupo OMI. Além disso, o OMIE conta com a subsidiária OMEL Diversificación S.A.U. através do qual os leilões de novas energias renováveis foram realizados em 2017.

Como operador do mercado, o OMIE é regulado pela Lei 24/2013, do Setor Elétrico, e, entre outros, pelo Real Decreto 2019/1997, de 26 de dezembro, pelo qual se organiza e regula o mercado de produção de energia elétrica.

Desde dezembro de 2015 é o Operador do Mercado Designado (Nominated Electricity Market Operator, NEMO) em Espanha e Portugal, para o efeito do previsto no Regulamento (UE) 2015/1222 da Comissão, de 24 de julho de 2015, pelo qual se estabelece uma diretiva sobre a alocação de capacidade e a gestão do congestionamento (CACM).

## 2.2. Governo corporativo



### Conselho de administração<sup>1</sup>:

#### Presidente:

Artur Trindade<sup>2</sup>

#### Vice-presidente:

Ignacio Grangel Vicente<sup>3</sup>

#### Vogais:

- ABENGOA. S.A.:  
Germán Bejarano García
- BANCO SANTANDER S.A.:  
Carlos Martín de los Santos Bernardos
- EDP-ENERGÍAS DE PORTUGAL, S.A.:  
Carlos Mata
- ENDESA GENERACIÓN PORTUGAL, S.A.:  
Adolfo de Rueda Villén
- GAS NATURAL SDG, S.A.:  
Rosa Sanz García
- IBERDROLA GENERACIÓN ESPAÑA S.A.U.:  
José Luis Rapún Jiménez<sup>4</sup>
- PARCAIXA, SGPS, S.A.:  
Paulo Henriques
- REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A. (REN):  
María José Clara
- REN SERVIÇOS, S.A.:  
Pedro Henriques Gomes Cabral
- VIESGO INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS, S.L.U.:  
Javier Anzola Pérez

#### Secretario (não membro):

Rafael Ramos Gil



## Comité De Direção:

### Presidente:

Artur Trindade<sup>2</sup>

### Vice-presidente:

Ignacio Grangel Vicente<sup>3</sup>

#### • DIREÇÃO DE MERCADO:

Pedro Basagoiti Satrustegui<sup>5</sup>

#### DIREÇÃO DE OPERAÇÃO DO MERCADO:

Yolanda Cuéllar Salinas

#### • DIREÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DO MERCADO:

Juan Bogas Gálvez

#### • DIREÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO CORPORATIVA:

Carlos Aguirre Calzada<sup>6</sup>

#### DIREÇÃO DE GESTÃO CORPORATIVA:

Luis Miguel López Otero

#### DIREÇÃO DE LIQUIDAÇÕES:

Carlos Francisco Gamito Calvo

#### • DIREÇÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS E INSTITUCIONAIS:

Rafael Gómez-Elvira González

#### • DIREÇÃO DE ASESORIA JURÍDICA:

Rafael Ramos Gil

1. Em conformidade com as disposições do Acordo Internacional de Santiago, a Espanha e Portugal são representados alternadamente nos cargos de Presidente e Vice-Presidente. O mandato de cada representante permanece em vigor por um período inicialmente previsto de pelo menos seis anos, dividido em períodos iguais de três anos, respectivamente, nas funções de presidência e vice-presidência.

2. Pedro J. Mejía Gómez, até 9 de novembro de 2017. Ignacio Grangel Vicente, de 10 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Artur Trindade, desde o dia 1 de janeiro de 2018.

3. Ignacio Grangel é Vice-presidente do OMIE desde o dia 1 de janeiro de 2018.

4. Gregorio Relaño foi conselheiro do OMIE até 15 de janeiro de 2018. A partir dessa data é Conselheiro do OMEL.

5. 6. Desde 18 de abril de 2018.

### 3.

## Quadro regulador e desafios para a descarbonização da economia



Entre as propostas da Comissão Europeia destaca a revisão da Directiva e do Regulamento da Eletricidade de 2009.



Essas medidas facilitam a penetração de maiores percentuais de energias renováveis e dão maior destaque a todos os consumidores na transição para um modelo energético mais sustentável, participativo e integrado.



## 3.1. Quadro regulador

Durante o ano de 2017, as instituições europeias trabalharam para chegar a acordos que permitam aprovar o pacote de medidas denominado “Energia limpa para todos os europeus”. Entre as propostas da Comissão Europeia destaca a revisão da Directiva e do Regulamento da Eletricidade de 2009<sup>7</sup>. Estas propostas consolidam o papel dos operadores do mercado e influenciam os aspectos relevantes da conceção do mercado europeu da eletricidade. Em particular, a proposta de alteração do Regulamento da Eletricidade incorpora pela primeira vez várias menções aos Operadores Designados para o Mercado de Electricidade (NEMO), que estão sujeitos à supervisão reguladora pelos reguladores nacionais correspondentes e pela parte da ACER.

De acordo com a mencionada proposta de modificação do Regulamento, os Operadores Designados para o Mercado de Energia Elétrica e os Gerentes da Rede de Transporte são responsáveis pela organização conjunta da gestão dos mercados diários e intradiários integrados. Em relação a estes mercados, a proposta de alteração ao Regulamento estabelece vários mandatos para os Operadores Designados para o Mercado de Energia, a fim de oferecer aos agentes um

mercado integrado eficiente, que permita a participação de todos os recursos, o que afeta a granularidade do mercado em termos de intervalos de tempo e quantidades mínimas de energia negociadas.

Muitos dos elementos fundamentais deste pacote estão em consonância com o modelo de mercado implementado para a Península Ibérica (MIBEL), como a promoção de liquidez próxima do tempo real, a regulação do tamanho mínimo das ofertas, o reforçamento da coordenação do funcionamento da operação do sistema entre os países vizinhos, a existência de ofertas com um preço dinâmico no mercado retalhista, etc.

Essas medidas facilitam a penetração de maiores percentuais de energias renováveis e dão maior destaque a todos os consumidores na transição para um modelo energético mais sustentável, participativo e integrado.

Espera-se que os textos finais da Directiva e do Regulamento sobre Eletricidade sejam acordados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu no segundo semestre de 2018.

Do mesmo modo, as negociações sobre a nova Directiva de Energias Renováveis, o

7. Directiva 2009/72 / CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade e que revoga a Directiva 2003/54 / CE; Regulamento (CE) n.º 714/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, relativo às condições de acesso à rede para o comércio transfronteiriço de eletricidade e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1228/2003 .

Regulamento de Governação e a Directiva relativa à Eficiência Energética estão nas suas fases finais. No que respeita à Directiva de Energias Renováveis, no final de 2017, o Parlamento Europeu decidiu defender um objetivo vinculativo de 35% de energias renováveis até 2030, em comparação com 27% proposto pela Comissão e mantido pelo Conselho. No que diz respeito à Directiva de Eficiência Energética, o Parlamento exige um objetivo vinculativo de eficiência energética de 35% até 2030, mais ambicioso do que 30% destacado pelo Conselho.

No que diz respeito às interligações, um nível de interligação entre os Estados-Membros de 15% é considerado um objetivo para 2030. Nesta área, o progresso recente mais significativo tem sido a aprovação de financiamento para a interligação entre a Espanha e a França para o Golfo da Biscaia, que se torna o melhor financiado dos Projectos de Interesse Comum, com 580 milhões de euros. Com esta linha, uma capacidade de interconexão de 5.000 MW com a França será alcançada.



A proposta de alteração ao Regulamento estabelece vários mandatos para os Operadores Designados para o Mercado de Energia, a fim de oferecer aos agentes um mercado integrado eficiente que permita a participação de todos os recursos.

## Implementação do Regulamento da UE 2015/1222



OMIE e os restantes NEMO realizaram um intenso programa de trabalho para cumprir os mandatos do Regulamento (UE) 2015/1222 da Comissão.

OMIE colabora com o resto dos NEMOs designados na União Europeia no âmbito do “Comité Interino NEMO”. Neste contexto, o OMIE e os restantes NEMO realizaram um intenso programa de trabalho para cumprir os mandatos do Regulamento (UE) 2015/1222 da Comissão, de 24 de julho de 2015, pelo qual estabelece uma diretriz sobre alocação de capacidade e gestão de congestionamentos.

Todos os NEMOs são responsáveis por estabelecer e operar os mecanismos de acoplamento dos mercados diários e intradiários em cooperação com os gestores da rede de transporte. Em 2017, houve um marco que representa um elemento-chave para o estabelecimento de tal acoplamento de mercado: a aprovação por todos os reguladores do Plano de Operação de Ligação ao Mercado proposto por todos os NEMOs.

Por outro lado, em 2017, as quatro metodologias que tinham de ser preparadas de acordo com o Regulamento supramencionado foram apresentadas aos reguladores europeus:

- Metodologia de backup (contingência).
- Metodologias para algoritmo de correspondência de preços e algoritmo de correspondência de negociação contínua.
- Metodologias de produtos que podem ser considerados pelos NEMOs no processo único de acoplamento diário e intradiário.
- Metodologias de preço máximo e mínimo (resultado da correspondência).

A quarta metodologia mencionada (preços máximo e mínimo) foi adotada pela ACER através das decisões nº 04/2017 e nº05/2017 e seus anexos. As metodologias e produtos de backup foram aprovados por todos os reguladores em janeiro de 2018 e, finalmente, algoritmo de correspondência de preços e algoritmo de correspondência de negociação contínua está à espera de adoção pela ACER.

## Alocação eficiente de mais de 8.000 MW de novas energias renováveis

O ano de 2017 foi um ano importante para a Espanha atingir seu objetivo no campo das energias renováveis em 2020. Em particular, foi publicado o Decreto Real 359/2017, de 31 de março<sup>8</sup>, que estabeleceu uma primeira chamada para 3.000 MW pela outorga do regime de remuneração específica às novas instalações para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis no sistema elétrico peninsular e pelo Despacho ETU / 315/2017, de 6 de abril<sup>9</sup>, que regulamentou o procedimento de alocação, os parâmetros de remuneração correspondentes e outros aspectos de aplicação da nova potência instalada.

Adicionalmente, e com base nos mesmos princípios estabelecidos no primeiro, foi lançada uma segunda convocação através do Real Decreto 650/2017, de 16 de junho<sup>10</sup>, que estabeleceu uma cota de 3.000 MW de potência instalada, e da Ordem ETU / 615/2017, de 27 de junho<sup>11</sup>.

Neste contexto, a nossa empresa foi nomeada pelo Ministério da Energia, Turismo e Agenda Digital para realizar estes dois leilões de energia renovável através da nossa

subsidiária OMEL Diversificación. Em ambas as chamadas, feitas sem qualquer incidência, havia numerosos agentes com uma demanda muito alta e um total de 8.037 MW foram premiados com o desconto máximo.

Paralelamente, a República Portuguesa desenvolveu um intenso programa de trabalho para alcançar os objetivos de 2020 e avançar no processo de descarbonização da sua economia. Em concreto, está em processo de aprovação de um plano solar em 2018.

Em 2017, projetos fotovoltaicos com potência superior a 700 MW foram aprovados, cuja remuneração depende totalmente do preço grossista rethalista do mercado. O interesse neste tipo de projeto fez com que, no final de 2017, mais de 2 GW de energia estivessem a aguardar a aprovação da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) de Portugal. Como não é possível alojar toda a capacidade fotovoltaica aprovada e planeada, o Governo Português concebeu um mecanismo de lotaria para seleccionar os projectos que eventualmente serão construídos.

8. Decreto Real 359/2017, de 31 de março, que estabelece a convocação para a concessão do regime de remuneração específica às novas instalações para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia no sistema elétrico peninsular.

9. Despacho ETU / 315/2017, de 6 de abril, que regulamenta o procedimento de atribuição do regime remuneratório específico na convocação de novas instalações para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis de energia, convocada sob o Real Decreto 359/2017, de 31 de março, e seus parâmetros de remuneração são aprovados.

10. Decreto Real 650/2017, de 16 de junho, que estabelece uma cota de 3.000 MW de potência instalada, de novas instalações para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis de energia no sistema elétrico peninsular, que pode ser conceder o regime de remuneração específica.

11. Portaria ETU / 615/2017, de 27 de junho, que determina o procedimento para a atribuição do regime remuneratório específico, os correspondentes parâmetros de remuneração e outros aspectos que serão aplicáveis à quota de 3.000 MW de capacidade instalada, convocada a proteção do Real Decreto 650/2017, de 16 de junho.

## 3.2. Desafios para a descarbonização da economia

### O desafio de Bona: materializar Paris

Em novembro de 2017 celebrou-se em Bona a Cimeira do Clima (COP 23) com a participação de 194 países e 9.200 representantes de governos.

Os objetivos desta cimeira eram avançar no Programa de Trabalho do Acordo de Paris, aprovar o desenho e as modalidades do Diálogo Facilitador (Diálogo de Talanoa) e impulsionar a agenda de vulnerabilidade da Presidência de Fiji para as populações e os estados que mais sofrem os impactos das alterações climáticas.

A Cimeira de Bona foi fundamental para chegar à COP 24 de Katowice com um programa

de trabalho definido e acordado entre todos os países que permita implementar os compromissos alcançados na COP 21 de Paris.

#### A Cimeira do Clima:



### Transição Energética em Espanha

A futura legislação sobre as alterações climáticas e a transição energética em Espanha será um instrumento fundamental para garantir a concretização dos compromissos da Espanha para com a UE no domínio da energia e do clima no âmbito do Acordo de Paris contra o aquecimento global. Neste contexto, em 2017, o Governo realizou uma consulta pública e criou um Grupo Interministerial para a preparação da nova legislação.

Além disso, em 7 de julho de 2017, o Conselho de Ministros concordou com a criação de um

Comitê de Peritos em cenários de transição energética encarregado de elaborar um relatório que analise possíveis propostas de políticas energéticas, impacto ambiental, alternativas existentes e seus custos econômicos correspondentes e a estratégia necessária para atingir os objetivos da maneira mais eficiente. Esta Comissão de Peritos apresentou o seu relatório ao Governo em 2 de abril de 2018. Entre as várias questões abordadas no relatório, vale destacar o importante papel desempenhado pela eletrificação do consumo de energia no processo de descarbonização.

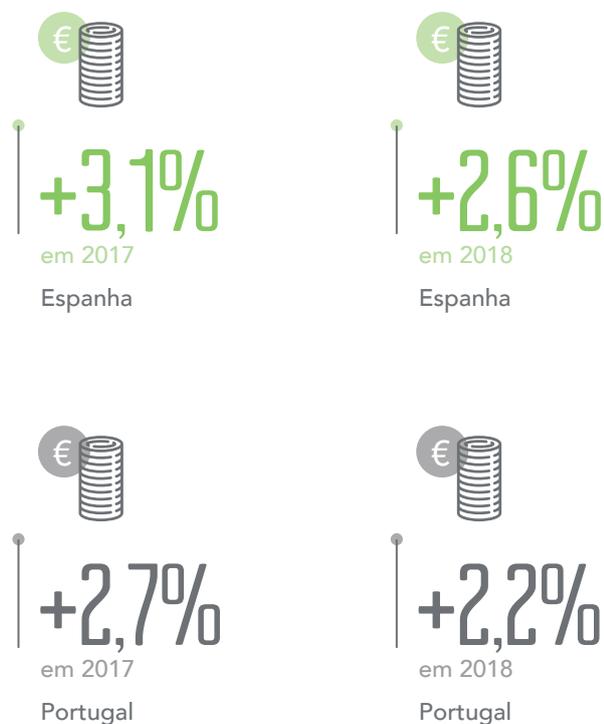
## 3.3. Ambiente macroeconômico e energético

Nossa empresa opera o mercado de eletricidade em um ambiente macroeconômico positivo. Em 2017, a recuperação da atividade mundial se intensificou e a maioria das economias registrou taxas de crescimento mais altas do que o inicialmente esperado. Nesse ambiente global, a zona do euro como um todo cresceu 2,4% em 2017 e as economias

da Espanha e de Portugal fortaleceram seu crescimento.

No caso da Espanha, o aumento do PIB em 2017 foi de 3,1% e, segundo as previsões da Comissão Europeia, será de 2,6% em 2018. Em relação a Portugal, o PIB cresceu 2,7% em 2017 e a estimativa de a CE para 2018 é de 2,2%.

### Aumento do PIB:



Em 2017, a recuperação da atividade mundial se intensificou e a maioria das economias registrou taxas de crescimento mais altas do que o inicialmente esperado.

## Retorno a um cenário altista de preços do petróleo

Durante o ano de 2017, eventos muito relevantes ocorreram nos mercados de commodities. O preço médio do West Texas Intermediate (WTI) foi de US \$ 51 / barril, US \$ 7 acima da média de 2016, e o preço do Brent aumentou US \$ 10 / barril para US

\$ 65 / barril no final do ano. Este é um nível de preços que não foi atingido desde 2013. De acordo com as previsões da Agência Internacional de Energia (AIE), o preço do petróleo permanecerá na faixa de 50 a 70 dólares / barril até 2040.

### Preço del Brent:



### Previsões da Agência Internacional de Energia (AIE):



## Revisão do modelo europeu de comércio de emissões (ETS)

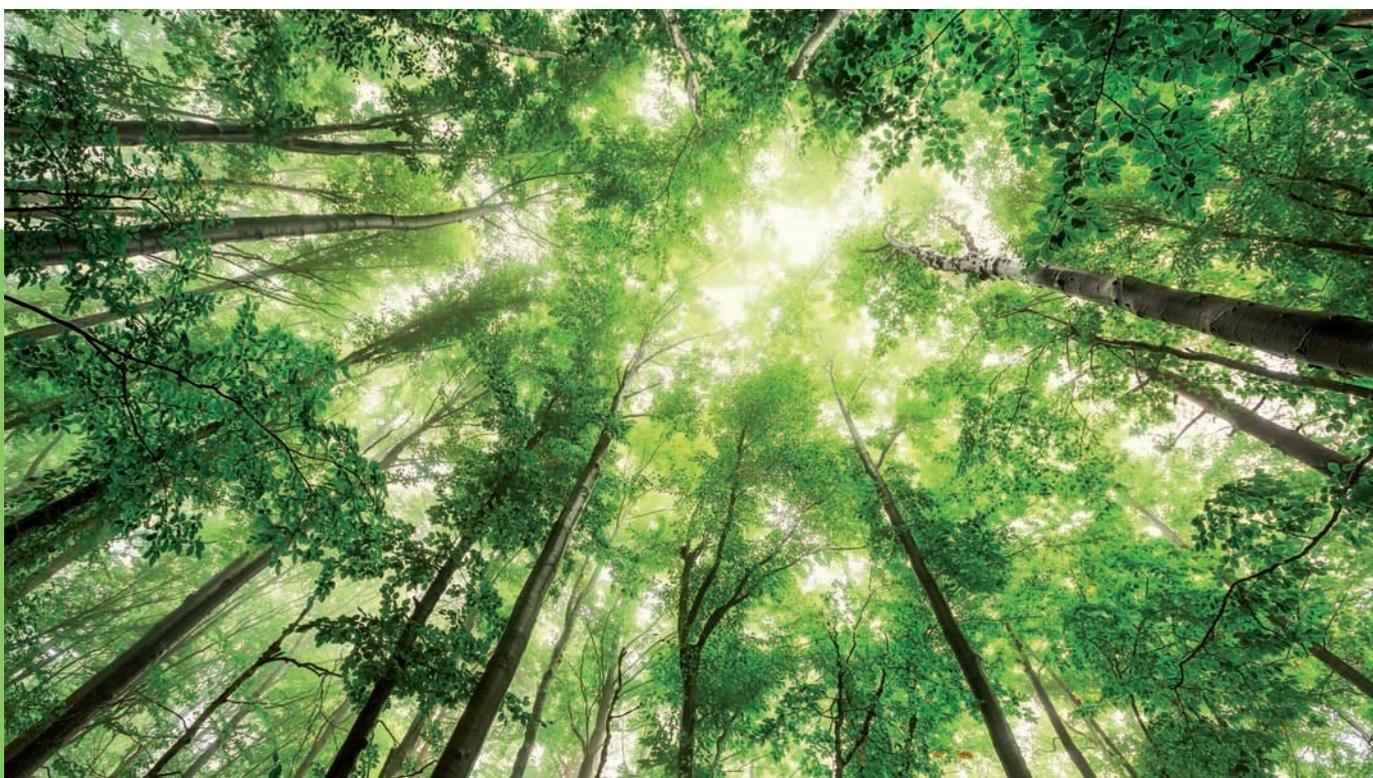
A formação de preços nos mercados à vista também depende do funcionamento do mercado europeu de direitos de emissão. Neste sentido, e tendo em conta a depressão do preço do CO<sub>2</sub> nos últimos anos, o Conselho Europeu aprovou recentemente a reforma do RCLE para o período de 2021 a 2030. A nova directiva<sup>12</sup> constitui um passo significativo para alcançar o objectivo de

reduzir as emissões de efeitos estufa em 40% até 2030 em comparação com o nível de 1990. Esta reforma introduz uma trajetória de redução de emissões mais ambiciosa, com corte anual de 2,2%, consolida o mecanismo de reserva de estabilidade de mercado, analisa os critérios de proteção para indústrias sujeitas ao risco potencial de fuga de carbono e limita a validade temporal dos direitos.

### Objetivo:



12. Até a data do dia 27 de abril de 2018 nova Diretiva no foi publicada.



# 4.

## A atividade do OMIE





Na nossa empresa  
trabalhamos para  
oferecer cada dia um  
melhor serviço aos nossos  
clientes e dar valor aos  
nossos acionistas.



A eletricidade é um dos principais vetores da competitividade do país, indispensável na vida quotidiana das pessoas e básico para o funcionamento da economia. No OMIE gerimos o mercado grossista da eletricidade, onde agentes compradores e vendedores contratam as quantidades que necessitam a preços públicos e transparentes.

O OMIE gere de forma integrada os mercados (diários e intradiários) para toda a Península Ibérica e o seu modelo de funcionamento é o mesmo que o dos restantes mercados de eletricidade europeus. Em 2017, o volume de energia negociado no OMIE equivaleu a 85% da procura do mercado ibérico.

A participação no mercado realiza-se através de uma plataforma que possibilita a participação simultânea de um grande número de agentes e a gestão de uma elevada quantidade de ofertas de compra e venda de eletricidade. O OMIE também realiza a faturação e liquidação da energia comprada e vendida nos referidos mercados e o reporte aos reguladores de todas as operações para a sua supervisão.

Na nossa empresa trabalhamos para oferecer cada dia um melhor serviço aos nossos clientes e dar valor aos nossos acionistas.



O OMIE gere de forma integrada os mercados (diários e intradiários) para toda a Península Ibérica e o seu modelo de funcionamento é o mesmo que o dos restantes mercados de eletricidade europeus.

## 4.1. Operar o mercado ibérico com a maior eficiência

A nossa empresa (então OMEL) iniciou a operação do mercado de eletricidade espanhol em janeiro de 1998. Em julho de 2007 ocorreu a integração do mercado "spot" (diário e intradiário) de Espanha e Portugal.



A nossa empresa iniciou a operação do mercado de eletricidade espanhol

Neste momento, operam no mercado 1.079 agentes. Podem operar como agentes do mercado os produtores de eletricidade, inclusive os produtores de energia a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos, os comercializadores, os consumidores que assim o desejem, os representantes de agentes vendedores e os representantes de agentes compradores.

A participação no mercado realiza-se através de um sistema informático simples que possibilita a participação simultânea de um grande número de agentes e a gestão de uma elevada quantidade de ofertas de compra e venda de eletricidade num lapso reduzido de tempo, assim como a elaboração das liquidações económicas correspondentes.

O mercado de eletricidade gerido pelo OMIE é essencialmente um lugar para comprar e vender em condições de igualdade para todos os agentes que operam nele. Todos recebem o mesmo tratamento, regem-se pelas mesmas normas, e compram e vendem ao mesmo preço marginal a energia que resultou cassada no mercado, independentemente da sua nacionalidade e do seu tamanho.

Por sua vez, as condições de confidencialidade e transparência estabelecidas pela regulação no que respeita às operações do mercado organizado, têm como objetivo, por um lado, preservar a necessária condição de contratação anónima para os participantes e, por outra, promover a completa transparência de todas as atuações levadas a efeito pelos agentes depois de terem decorrido os prazos determinados normativamente. Assim, decorrido um prazo máximo de três meses a contar da finalização de uma sessão do mercado, todos os dados correspondentes a essa sessão são públicos.

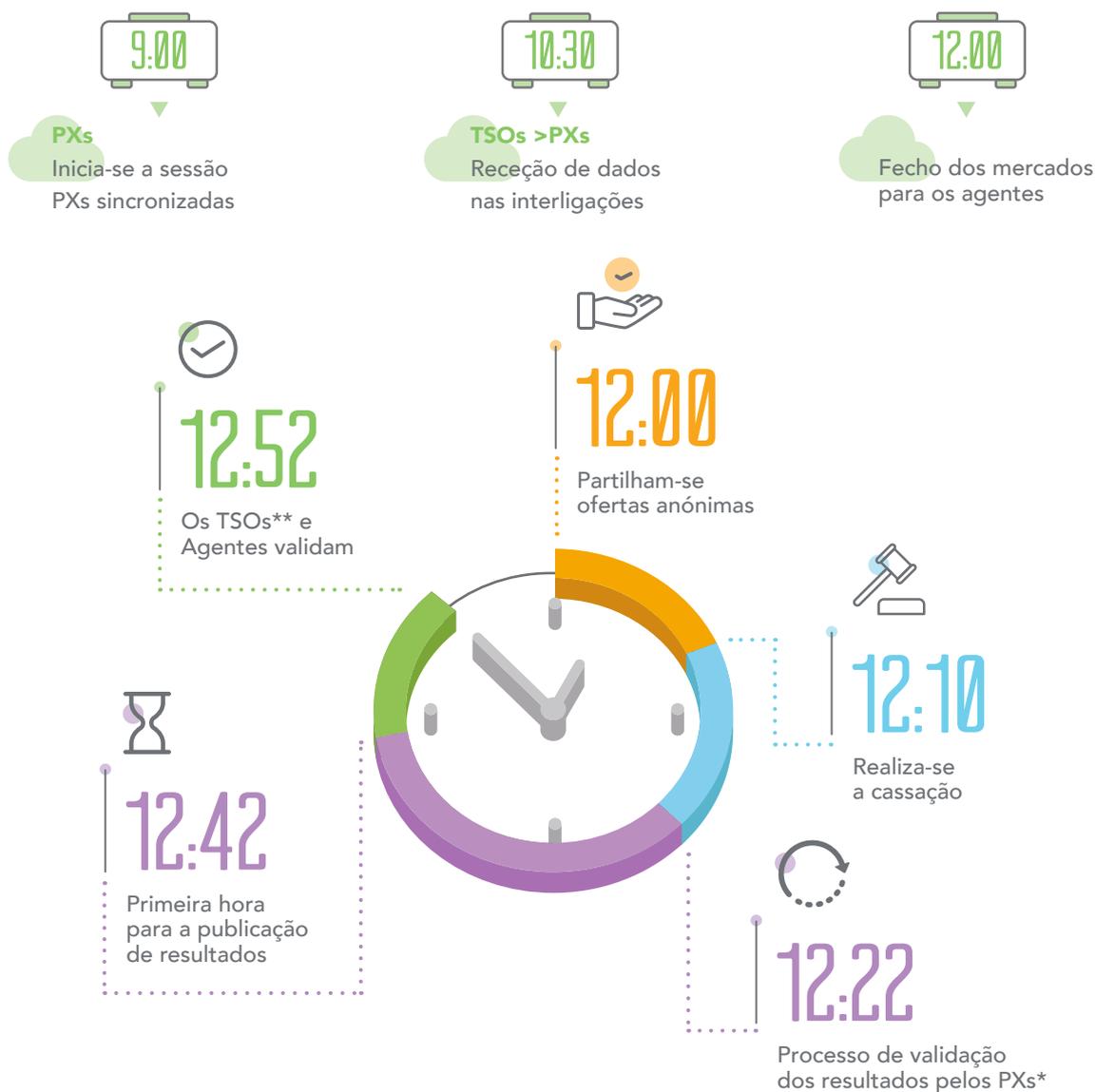
Esta forma de operar permite que nos configuremos como uma instituição muito aberta na hora de disponibilizar informação, manter um regime de transparência na nossa atuação e difundir de forma ampla o resultado dos nossos trabalhos e atividades.

## A operação no mercado diário e intradiário

O mercado diário é o principal mercado de contratação de eletricidade na Península Ibérica e funciona todos os dias do ano. As ofertas de compra e de venda de energia elétrica para um dia determinado podem realizar-se até às 12:00 da manhã

do dia anterior, hora de fecho da receção de ofertas para todos os países europeus acoplados. As figuras 1 e 2 mostram a sequência temporal dos mercados e processos que se realizam no MIBEL.

Figura 1. Processo de cassação



\*PXs: Operadores de mercado \*\* TSOs: Operadores de sistema

De seguida estas ofertas são processadas no sistema de informação do OMIE (SIOM) e realiza-se a cassação das ofertas de forma conjunta com os restantes operadores do mercado acoplados através do algoritmo EUPHEMIA<sup>13</sup> desenvolvido conjuntamente pelos operadores do mercado na plataforma PCR (Price Coupling of Regions). Este algoritmo calcula os preços em cada uma das áreas de oferta definidas no sistema europeu que participam no referido projeto e atribui os fluxos entre áreas. De seguida, o OMIE comunica os preços e a energia vendida e comprada em cada uma das horas

do dia seguinte utilizando o sistema SIOM. Em 2017, no mercado diário negociaram-se em média 85 % da energia consumida no mercado ibérico.

Finalizado o mercado diário, e até às 12:45 do dia seguinte, levam-se a cabo 6 mercados, denominados mercados intradiários, que permitem aos compradores e vendedores que assim o desejem, realizar ofertas de compra e venda de energia elétrica para ajustar os seus programas de produção e de consumo às suas melhores previsões do que vão gerar ou necessitar no tempo real.

13. O conjunto dos mercados que realizam conjuntamente a cassação do mercado diário com o referido algoritmo representa mais de 75% da procura de energia elétrica na Europa.



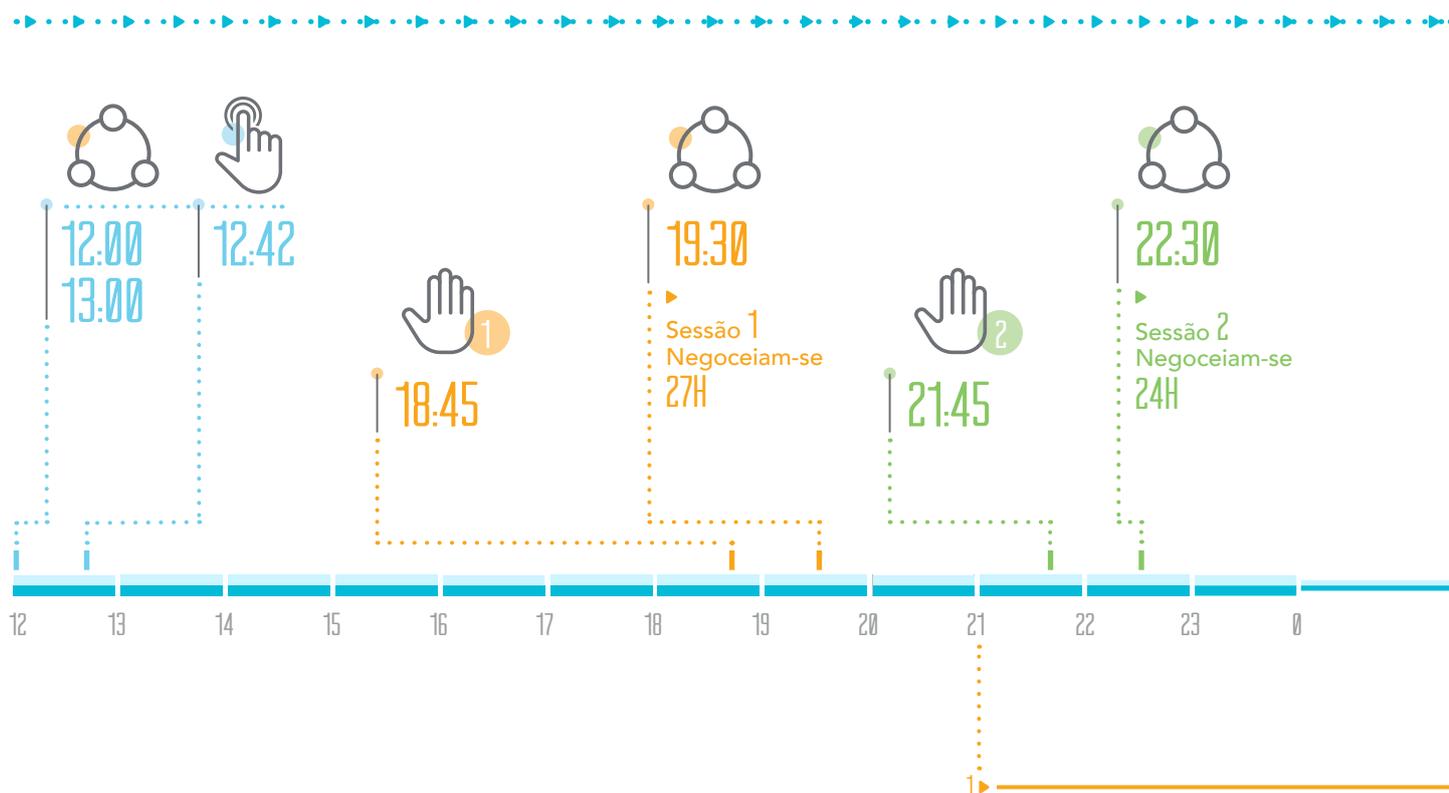
A seguir, procede-se à realização da liquidação aos agentes da energia comprada e vendida nos diferentes mercados. Esta liquidação e a fatura correspondente colocam-se diariamente ao seu dispor. O certificado digital garante a confidencialidade e permite a cada agente aceder à sua liquidação faturação.

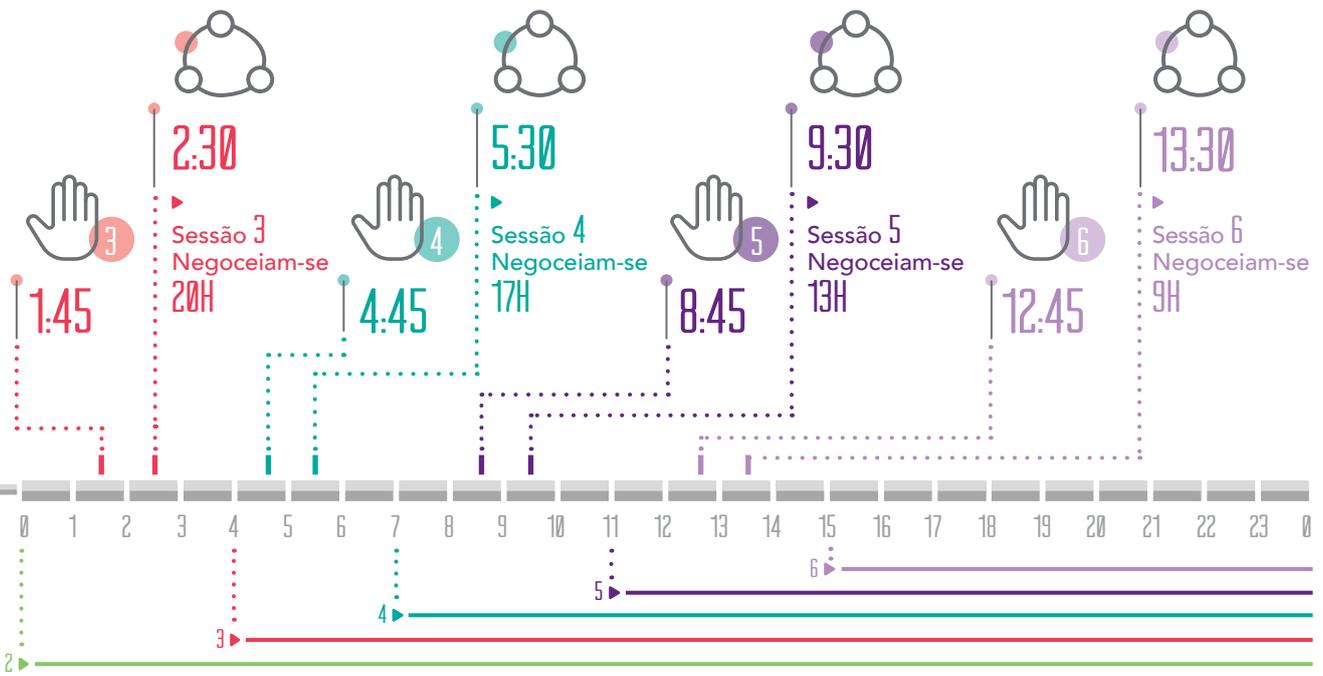
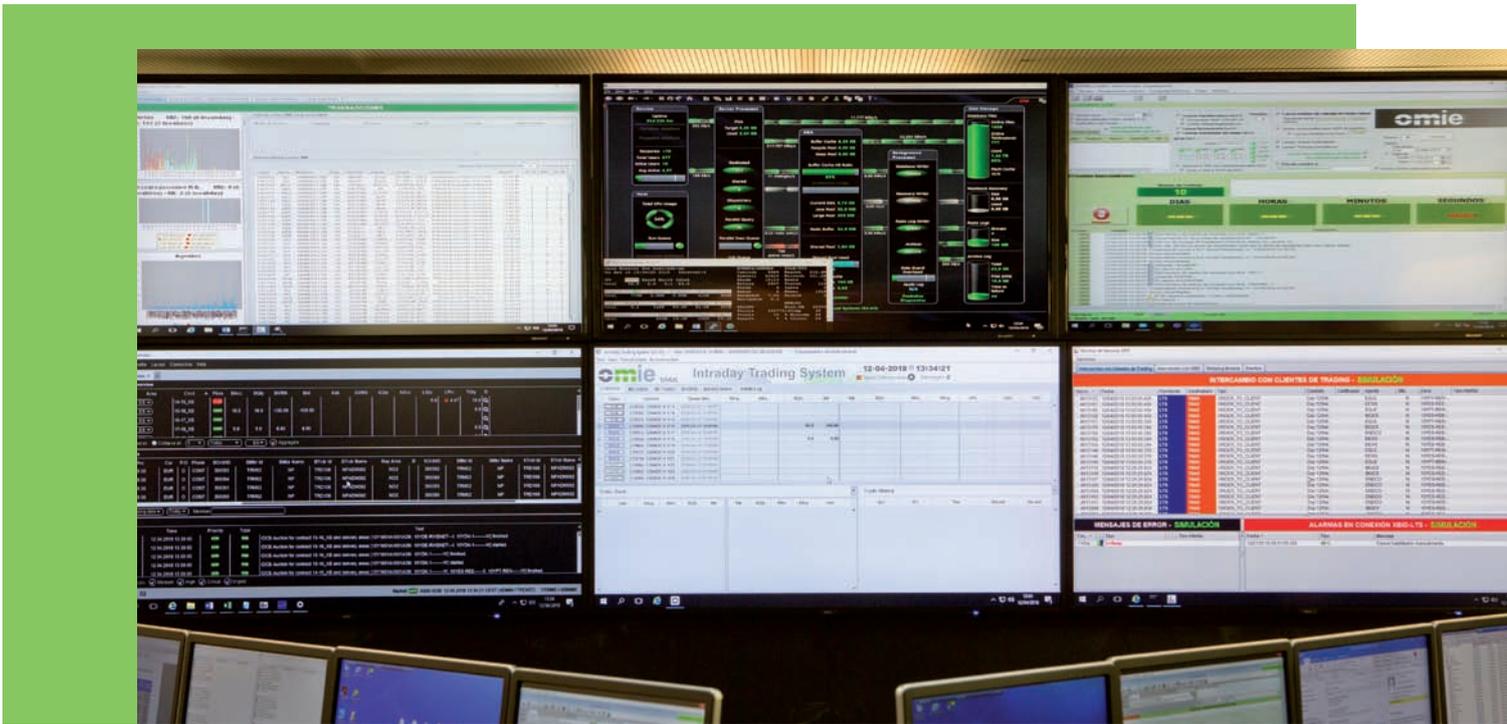
De forma adicional às funções de acompanhamento do mercado que o Operador do Mercado Ibérico ostenta desde a sua criação, o Regulamento 1227/2011 sobre integridade e transparência do mercado grossista de energia (REMIT) atribuiu aos NEMOs novas obrigações em matéria de identificação e relatório

aos reguladores de transações suspeitas de manipulação e/ou um uso de informação privilegiada.

OMIE reforçou esta função com uma Diretoria de Monitoramento de Mercado. Estão em curso trabalhos para reforçar a cooperação com os reguladores nacionais e ACER nesta área, e os procedimentos de monitorização estão a ser analisados à luz da implementação de alterações no mercado resultantes do comissionamento do mercado intradiário contínuo estabelecido pelo Regulamento ( UE) 2015/1222 da Comissão, de 24 de julho de 2015, que estabelece uma diretriz sobre a afetação de capacidade e a gestão de congestionamentos.

Figura 2. Sequências do Mercado Diário e Intradiário





Horizontes de programação ▲

## 4.2. A nossa atividade em números

O volume económico do mercado elétrico gerido pelo OMIE em 2017 atingiu 15.193 milhões de euros e em termos de energia, 281 TWh. Foram emitidas mais de 170.000 faturas.

No decurso do exercício celebraram-se 365 sessões de mercado diário e 2.190 de mercado intradiário, tendo-se levado a cabo no mercado cerca de 16,5 milhões de transações no exercício.

Dos 1.079 agentes que operavam em 2017, 560 eram produtores, 3% menos do que em 2016; 319 comercializadores, 14% mais do que um ano antes; 194 consumidores diretos, o grupo de maior crescimento (23%), e 6 comercializadores de referência.



### Preço médio do mercado diário €/MWh



Zona espanhola



Zona portuguesa

### % Horas com diferença de preços <1€/MWh

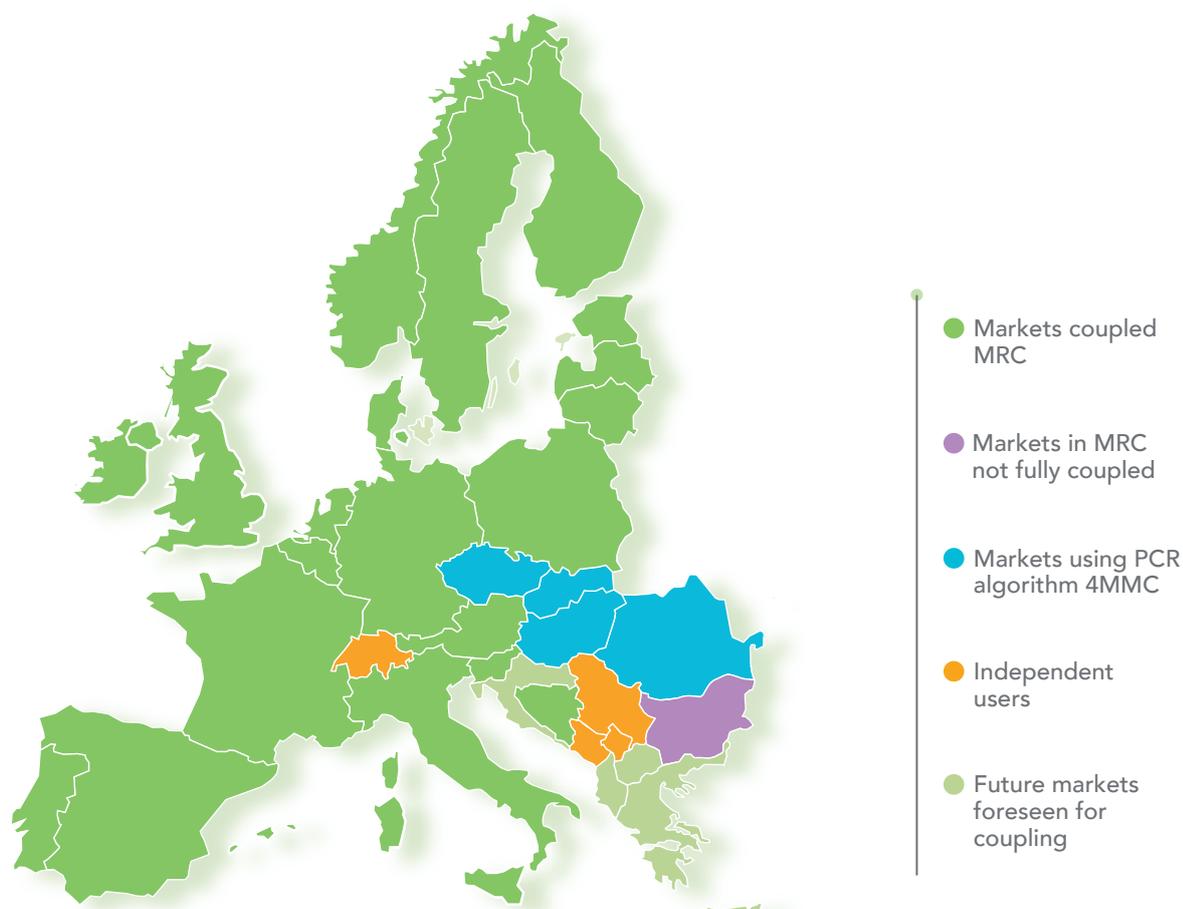


## 4.3. Uma peça importante do Mercado Interior da Eletricidade

O OMIE colaborou desde o início no processo de criação do Mercado Interior da Eletricidade na União Europeia. Como marcos fundamentais destacam-se: o início do mercado elétrico em Espanha em 1998, a bem-sucedida integração

num mercado ibérico em 2007, a subsequente participação no processo de negociação do modelo de mercado europeu que acoplou o mercado diário em 2014 e, por fim, o mercado intradiário em 2018.

Figura 3. Países acoplados no Multi-Regional Coupling (MRC), em 4MMC e utilizadores do algoritmo do PCR



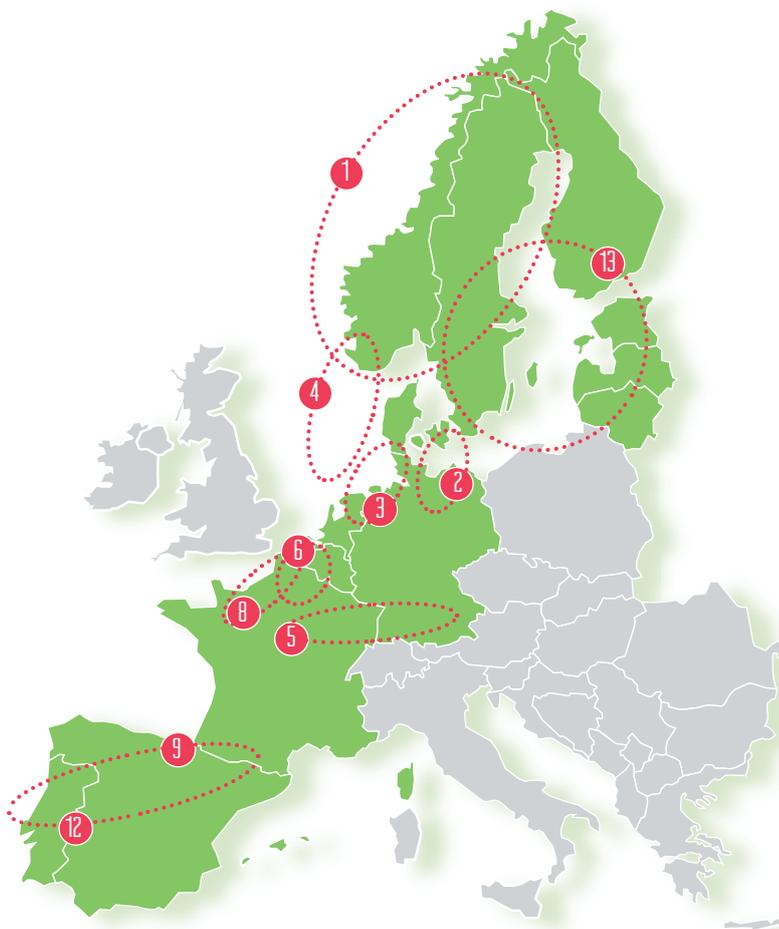
Fonte: MRC, 2018

No ano 2017 concluíram as negociações do projeto intradiário contínuo transfronteiriço europeu (XBID). O novo mercado intradiário permitirá comercializar energia entre as várias zonas da Europa de forma contínua e aumentar a eficiência global das transações nos mercados intradiários em toda a Europa. A solução final do XBID permitirá a criação de um mercado integrado intradiário europeu, compatível com a negociação que atualmente têm os vários mercados intradiários de cada país, munindo as transações que se produzem num horizonte temporal menor do que o diário de maior liquidez.

Após a conclusão das negociações, estão a realizar-se todos os testes necessários para iniciar a operação em 2018. Com o início do mercado intradiário contínuo europeu completa-se a integração europeia dos mercados grossistas spot de eletricidade na União Europeia.

Neste contexto, em 2017 adaptaram-se as regras do mercado à operação do novo intradiário, incluindo todos os requisitos técnicos e funcionais exigidos pelos reguladores. O processo de aprovação das regras encontra-se na sua fase final e esperamos que a sua publicação ocorra no segundo trimestre de 2018.

Figura 4. NEMOs, TSOs y LIPs\* en el primer "Go-Live" del proyecto XBID



LIP	Participants
1	Nordic Fingrid, Energinet, SvK, Statnett, Nord Pool, EPEX
2	Kontek Energinet, 50Hz, Nord Pool, EPEX
3	DK1/DE, DE/NL Energinet, TenneT NL&DE, Amprion, EPEX, Nord Pool
4	NordNed Statnett, TenneT NL, EPEX, Nord Pool
5	FR/DE, DE/AT Amprion, TransnetBW, APG, RTE, EPEX, Nord Pool, Tennet DE
6	NL/BE Elia, TenneT NL, EPEX, Nord Pool
8	FR/BE RTE, Elia, EPEX, Nord Pool
9 12	FR/ES&ES/PT RTE, EPEX, OMIE, REE, REN, Nord Pool
13	Baltic Elering, Litgrid, AST, Fingrid (Estlink), Svenska Kraftnät (NordBalt), Nord Pool

Fonte: XBID, 2018

\*LIPs: Projeto de Implementação Local

## 4.4. Colaborando com os reguladores nacionais e europeus

Outro dos aspetos que registou um impulso em 2017 foi o de relações institucionais do OMIE com o conjunto dos atores do setor e, com especial relevância, com os reguladores.

OMIE remete as suas contribuições para as consultas públicas da ACER ou dos gestores da rede de transporte, enviando as suas observações sobre as propostas relevantes para a implementação do mercado europeu da eletricidade.

Ao longo de 2017, o OMIE participou ativamente no Grupo de Coordenação formado por NEMOs e reguladores nacionais em toda a UE, que desempenha um papel fundamental na implementação do Regulamento (UE) 2015/1222 da Comissão de 24 Julho de 2015, que estabelece

orientações para a atribuição de capacidade e a gestão de congestionamentos. O OMIE também apresenta propostas para melhorar a regulação do mercado e coopera com as autoridades do MIBEL através de canais legalmente estabelecidos.

Especificamente, o OMIE coopera regularmente com o Ministério da Energia, Turismo e Agenda Digital da Espanha, com o Ministério da Economia de Portugal, bem como com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC) e com o Conselho de Reguladores do MIBEL. Este último fórum oferece o quadro natural para reforçar a cooperação entre o OMIE e os reguladores em MIBEL.



# 4.5. Evoluímos com a última tecnologia

O OMIE deseja oferecer aos seus agentes os últimos avanços e, para consegui-lo, os sistemas exigem uma evolução constante que adapte os requisitos de forma contínua

para manter a liderança tecnológico, tendo em conta todas as necessidades dos nossos clientes e preservando o continuidade e segurança do mercado.

Figura 5. Os Sistemas de OMIE



\* No futuro: Além disso, XBID Mercado Intradiário Contínuo

Desde o seu início há vinte anos, administrando o mercado grossista de eletricidade, o OMIE sempre esteve na vanguarda no uso de tecnologias digitais. Desde 1998, toda a operação do mercado é feita eletronicamente. OMIE foi uma das empresas pioneiras no uso de uma plataforma de fácil acesso pela internet. O sistema informático concebido pelo OMIE (SIOM) permite a participação no mercado de utilizadores com necessidades e requisitos diversos, desde agentes que realizam centenas de transações cada dia, até aqueles que realizam uma oferta apenas quando têm necessidades pontuais de venda ou aquisição de energia.

O sistema SIOM é a base de todas as operações que se realizam no mercado; isto é, os processos de cassação, as liquidações, a publicação de informação, a faturação e os processos de cobranças e pagamentos. Do mesmo modo, também permite que sejam os próprios agentes a gerir o seu registo e a manutenção dos seus dados.

Durante o ano de 2017, para além dos desenvolvimentos informáticos associados à melhoria permanente das funcionalidades e prestações proporcionadas pelas diversas aplicações, foram introduzidas modificações importantes. Entre elas, destacam-se as melhorias introduzidas na infraestrutura do mercado diário acoplado europeu (Price Coupling of Regions) para melhorar a integração do MIBEL no mesmo e, sobretudo, durante 2017 ultimaram-se os desenvolvimentos associados ao projeto XBID de criação de um mercado integrado intradiário europeu que deverá começar a operar em 2018.

Dentro do ambiente PCR, colocou-se em funcionamento uma nova versão da aplicação PCR Matcher-Broker e do algoritmo EUPHEMIA, que proporcionam melhores desempenhos e permitem tratar os requisitos dos novos países que aderiram ao processo de formação de preços europeu.

No que respeita ao projeto XBID de criação de um mercado integrado intradiário europeu, para além dos trabalhos e desenvolvimentos comuns com os restantes operadores do mercado e sistema participantes no projeto, foram iniciados os desenvolvimentos do sistema local de negociação que será utilizado pelo OMIE para comunicar com a plataforma central XBID. Testes internos também foram iniciados e com os agentes que serão estendidos durante os meses anteriores ao início do novo mercado.

Adicionalmente a estes trabalhos, durante 2017 realizaram-se os desenvolvimentos necessários para a execução de dois novos leilões de nova potência instalada de origem renovável, incorporando todos os requisitos exigidos pelos reguladores.

Como consequência desta filosofia de melhoria contínua dos sistemas de informação, o OMIE enfrenta os importantes desafios impostos pela digitalização da sociedade como um todo e trabalha para fornecer soluções a todos os consumidores que, juntamente com os novos dispositivos e aplicações, poderão interagir com o mercado a qualquer momento. Em 2017, o lançamento da nova seção web sobre dados de mercado é destacado.



O OMIE enfrenta os importantes desafios impostos pela digitalização da sociedade como um todo e trabalha para fornecer soluções a todos os consumidores que, juntamente com novos dispositivos e aplicações, poderão interagir com o mercado a qualquer momento.





CPDs

Têm garantido o fornecimento elétrico por meio de duplas entradas a partir dos centros de transformação, pela utilização de sistemas redundantes de alimentação ininterrupta (SAIs) e de grupos eletrogêneos de emergência

+200 Servidores

+150TB para armazenamento de dados



O OMIE dispõe de linhas de comunicações redundantes para os processos associados aos mercados diários e intradiários e mais de 25 linhas de comunicações para as trocas de informação com os operadores do sistema e os agentes do mercado.

 Mercado eléctrico

Mercado Diário

Mercados Intradiários



+150.000

Ofertas diárias



+23.500

Anotações diárias das transações relativas



+200.000

Ofertas



+23.000

Anotações diárias das transações relativas



+27.400

Documentos económicos (Notas, Facturas y Certificados) mensuales



+3M

Relativamente às comunicações REMIT, o OMIE reporta à ACER mais de 3 milhões de operações por ano



# 5. O nosso compromisso





O OMIE aposta num quadro de pessoal integrado por profissionais altamente qualificados e que constitui o ativo mais valioso da companhia.



## 5.1. Com o pessoal

O OMIE está comprometido com o desenvolvimento profissional dos seus recursos humanos através da sua formação contínua e uma adequada gestão das suas necessidades.

Como principais elementos de atuação nestes âmbitos destacam-se os seguintes:

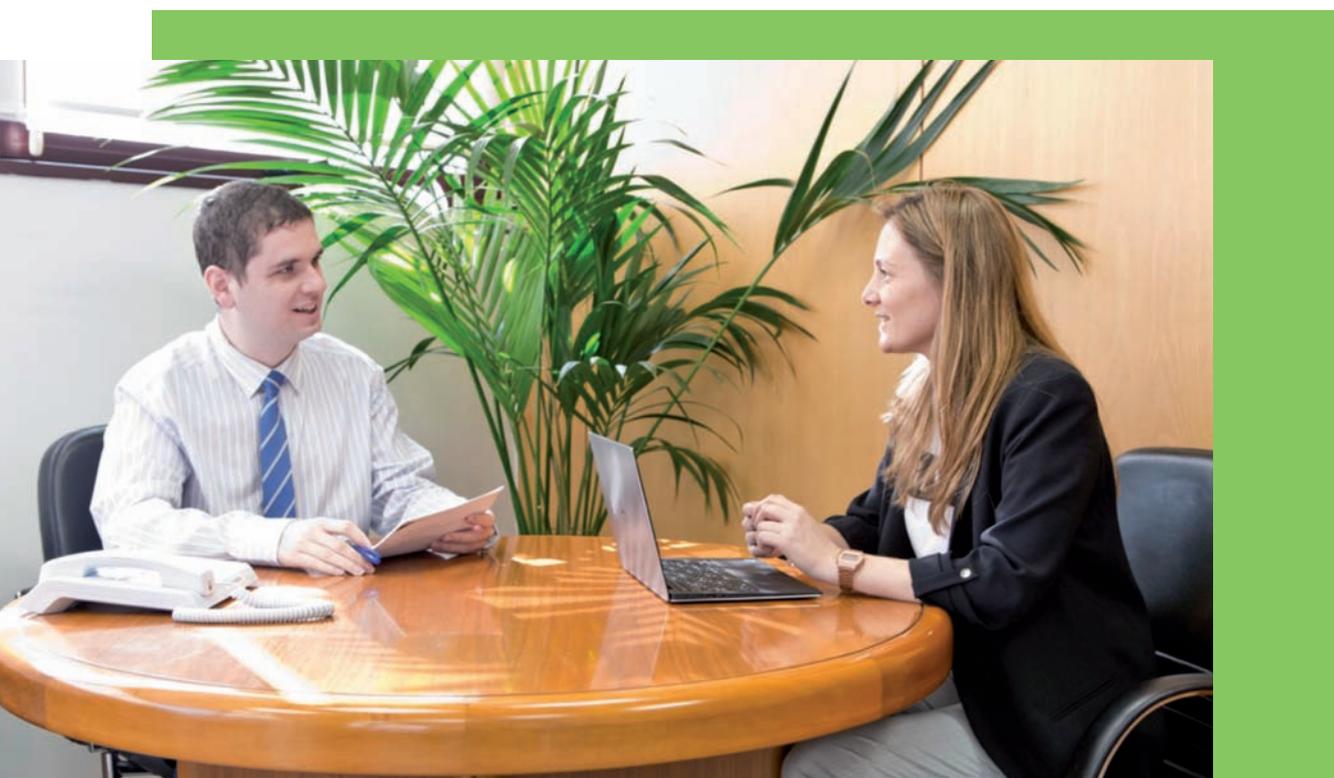
### Emprego estável e de qualidade

Em um contexto econômico que exige competitividade, o OMIE continua a procurar a otimização dos seus recursos humanos para garantir o funcionamento correto do mercado.

O OMIE aposta num quadro de pessoal integrado por profissionais altamente qualificados, comprometidos com a

realização dos objetivos da empresa, e que constitui o ativo mais valioso da companhia. O nosso compromisso para a igualdade e a não discriminação faz com que a percentagem de mulheres, tanto no Conselho de Administração (20%) como nos quadros (36%), nos situe acima da média do setor e inclusive das empresas do IBEX 35.

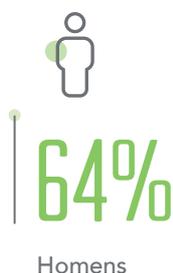
A equipa humana, em consonância com as necessidades da estrutura organizativa atual, gira em redor de 84 pessoas fixas, com uma idade média aproximada de 38 anos. Os titulados universitários representam 89% do quadro de pessoal, dos quais 95% são titulados superiores.



## Política de formação e de desenvolvimento profissional do quadro de pessoal

Com a finalidade de adaptar a equipa humana às novas tecnologias e promover o desenvolvimento profissional e pessoal do quadro, o OMIE fomenta a participação do pessoal em programas de formação

como alunos e também como professores. O OMIE promove planos definitivos para a melhoria do conhecimento de cada empregado em função do posto que desempenha.



OMIE promove planos definitivos para a melhoria do conhecimento de cada empregado em função do posto que desempenha.

## 5.2. Diálogo com os grupos de interesse

A responsabilidade social do OMIE tem como pilar básico a manutenção de um diálogo fluido e transparente com os representantes da sociedade civil da nossa envolvente, isto é, com os acionistas, agentes do mercado, fornecedores, empregados, meios de comunicação social e, em geral, com a envolvente social relacionada com o mercado da eletricidade gerido pela companhia.

A relação do OMIE com os seus grupos de interesse articula-se através de uma política de transparência, para dar a conhecer a atividade da companhia e dar resposta às questões que possam surgir sobre a mesma.

Entre os procedimentos e meios que se utilizam incluem-se os seguintes:

### Comité de Agentes do Mercado

De acordo com a regulamentação do mercado<sup>14</sup>, para supervisionar o seu funcionamento e propor medidas visando melhorar sua gestão, os agentes de mercado são representados no chamado Comité de Agentes do Mercado (CAM), que se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente em caso de mudanças regulatórias relevantes.

As reuniões do CAM proporcionam aos agentes e operadores do sistema e do mercado a oportunidade de lidar com questões relevantes para todos os players que operam na Península Ibérica e permitem conhecer antecipadamente, e em primeira mão, qualquer proposta de melhoria que tenham os agentes sobre o funcionamento do mercado ou a evolução da sua regulação.

No ano 2017, o Comité de Agentes do Mercado manteve seis reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.

Entre os temas tratados encontram-se os seguintes:

- Análise do funcionamento do mercado e liquidação das transações.
- Incidências ocorridas no funcionamento dos mercados diário e intradiário, na liquidação das compras e vendas de energia e nos processos de cobranças e pagamentos.
- Informação sobre o funcionamento do mercado acoplado europeu.
- Situação sobre a regulação e os projetos europeus.

<sup>14</sup>. Regras de funcionamento dos mercados diário e intradiário para a produção de energia elétrica.

- Adaptação das Regras de Funcionamento do Mercado ao novo mercado intradiário europeu (XBID).

### “International Workshop” do OMIE

Depois de mais de cinco anos a impulsionar o OMIE International Workshop, em maio de 2017 realizou-se a sua 10ª edição com o título “Tackling disruptive trends in power markets”. Este workshop, concebido como um foro de reflexão de alto nível sobre os diversos desafios que enfrentam os mercados elétricos, convoca académicos de reconhecido prestígio a nível internacional, altos quadros diretivos de empresas energéticas ibéricas e reguladores europeus.

### Website público

O website (www.omie.es) é a principal ferramenta utilizada pelo OMIE para fornecer informações a todos os interessados, permitindo que todos os intervenientes no mercado para ter a mesma informação em pé de igualdade.

Através www.omie.es pode acessar informações sobre a empresa, suas atividades e órgãos governamentais, bem como toda a regulamentação do setor elétrico.

O processo de registo dos agentes também é relatado e informações detalhadas são fornecidas sobre as funções, estrutura e composição do Comitê de Agentes do Mercado. O site público é também o nosso principal sinal de transparência, onde toda a informação dos mercados geridos por OMIE e também os diferentes produtos que são geridos nos leilões organizados pelas subsidiárias da empresa é oferecido sem nenhum custo.

Nele também pode ser acessado fácil e intuitivamente todas as publicações da empresa: relatórios anuais, relatórios de preços, relatórios mensais e principais resultados do mercado, entre outros.

Complementando nosso site e com a necessidade do público em geral, em dezembro de 2017, a nova seção Dados de Mercado que destaca uma de maneira dinâmica os principais parâmetros do mercado foi lançado.

www.datosdelmercado.omie.es



## Meios de comunicação social

O OMIE mantém um contacto frequente com os meios de comunicação social, proporcionando informação objetiva do mercado em igualdade de condições para todos e para informar sobre as notícias relevantes que são produzidas nos mercados diários e intradiários, em coordenação com outros operadores do mercado. Por exemplo, em 2017 intensificaram-se as atuações de comunicação no contexto dos avanços do “Cross-Border Intraday Market Project”.

## Entidades e instituições interessadas em aspetos concretos

A liberalização do mercado de eletricidade na Península Ibérica suscita um crescente interesse sobre os diversos aspetos do mesmo.

Desde a sua constituição, o operador do mercado dispôs na sua organização de mecanismos para dar resposta a todas as dúvidas e questões que se colocam, através de dois procedimentos:

- Resposta por escrito às perguntas colocadas através da conta de correio eletrónico de contacto do nosso website. Durante o ano de 2017 deu-se resposta a mais de 700 correios eletrónicos recebidos.
- Reuniões personalizadas e específicas para divulgar a operação do mercado e as actividades desenvolvidas pelo OMIE.

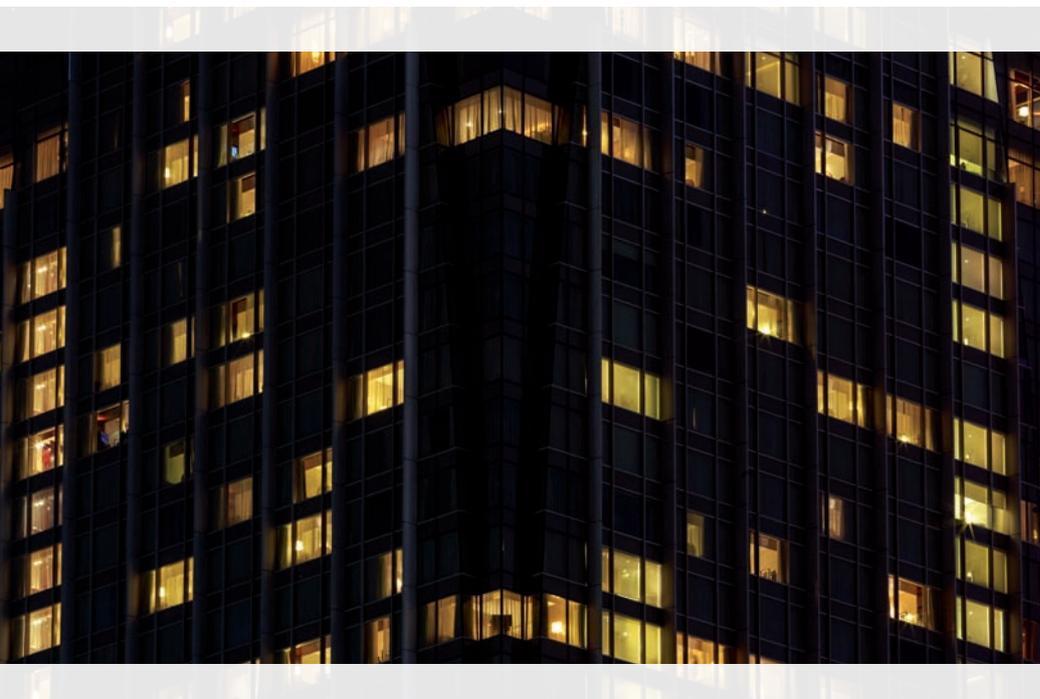


O OMIE mantém um contacto frequente com os meios de comunicação social, proporcionando informação objetiva do mercado.



# 6.

## A energia diz respeito a todos





O OMIE mantém uma presença ativa em organismos e associações nacionais e internacionais relacionadas com o setor energético, tanto a nível ibérico como europeu.



## 6.1. Atividades de formação



O OMIE colabora em atividades de formação em âmbitos nacionais e internacionais tanto com entidades do setor energético como com entidades educativas em geral.

O OMIE colabora em atividades de formação em âmbitos nacionais e internacionais tanto com entidades do setor energético como com entidades educativas em geral.

Durante o ano 2017, o OMIE continuou com a promoção das atividades de formação e informação materializadas tanto em cursos para os agentes do mercado da eletricidade e empresas interessadas, ministrados nas instalações do OMIE, como na participação em mestrados e jornadas especiais de colaboração com instituições públicas e privadas e outras entidades académicas interessadas no setor elétrico.

Nomeadamente, mais de 120 profissionais do setor energético participaram nos seis cursos sobre o mercado elétrico ministrados em 2017. Igualmente, o OMIE deu sessões informativas, de formação e testes sobre leilões de gás.

Para além disso, foram dadas diversas aulas de mestrado no âmbito de acordos subscritos. O OMIE participou em atividades

docentes em instituições, entre as quais destacamos a Universidade Carlos III, Cremades & Calvo Sotelo em colaboração com a Universidade Europeia, a Universidade Pontifícia de Comillas, o Clube Espanhol da Energia, a Universidade Complutense de Madrid através do Instituto Tecnológico de Energia (ITE) e a Universidade de Oviedo.

O OMIE também participou em jornadas de divulgação relacionadas com aspetos económicos e financeiros, jurídicos, tecnológicos dos mercados de energia, em colaboração com o Clube Espanhol da Energia, a Ordem dos Economistas da Cantábria, a Fundação Gás Natural Fenosa, o Ateneu de Energia, ect.

O OMIE mantém uma presença ativa em organismos e associações nacionais e internacionais relacionadas com o setor energético, tanto a nível ibérico como europeu, tais como a Europex.

## 6.2. Envolvidos com a nossa envolvente

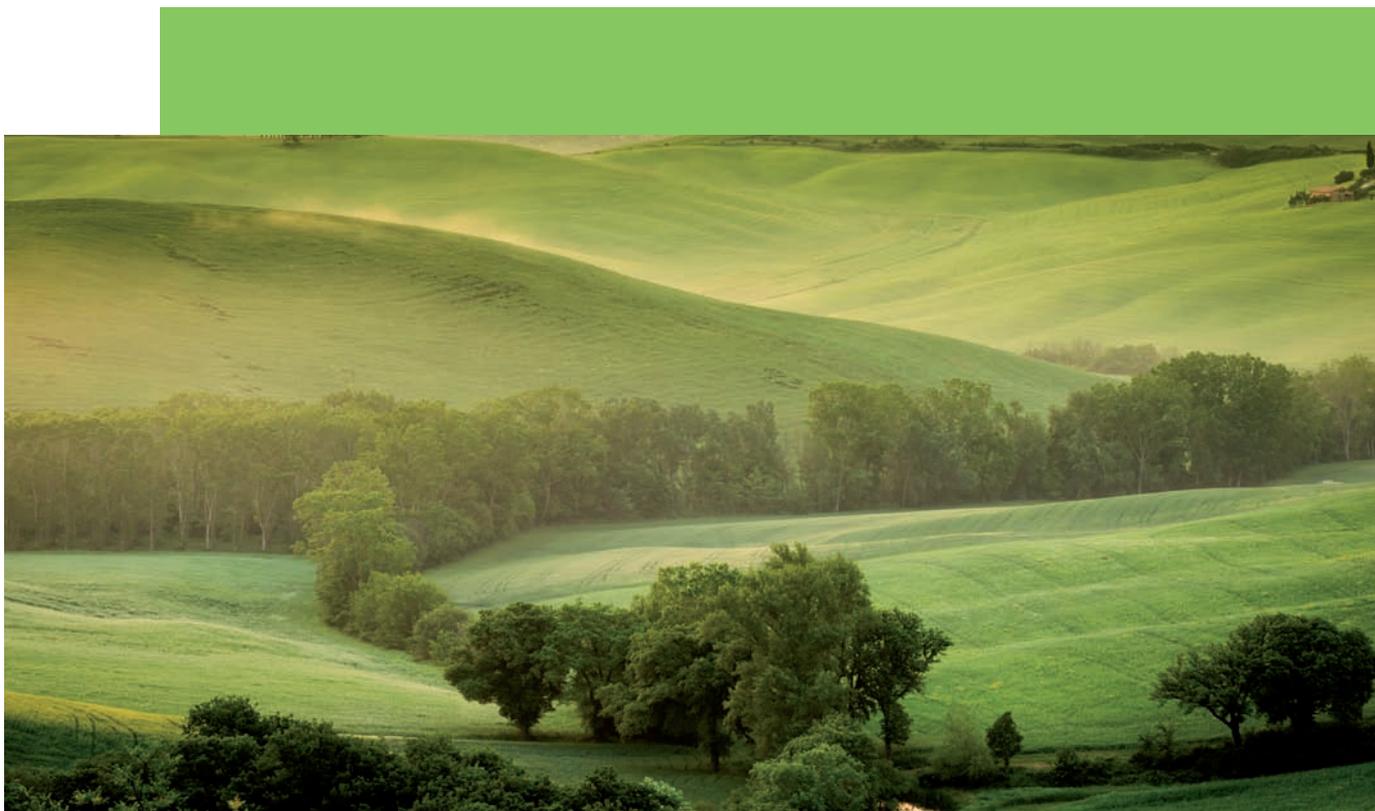
O OMIE também colabora com instituições e organizações sociais com o objetivo de satisfazer necessidades de diversos grupos.

Instituições com as quais o OMIE colabora:



A nossa empresa é patrono da Fundação Energía sin Fronteras. Esta organização humanitária luta desde há mais de 15 anos contra a pobreza e tem como missão disponibilizar o acesso permanente a serviços energéticos e água potável, a comunidades rurais isoladas que ainda não dispõem dos mesmos ou os têm em condições primárias.

Os projetos mais destacados da ESF em 2017 foram a eletrificação, mediante campo fotovoltaico, da Associação de Mulheres contra os Maus Tratos (MUM) nos arredores de Madrid, a eletrificação do complexo residencial e assistencial da leprosaria de Madjré em Benim e do centro de Formação Profissional de Energias Renováveis da Quinta pedagógica de Kumo nos Camarões.



Em colaboração com outras entidades, demos apoio técnico para a extração de água por bombagem fotovoltaica, armazenamento e distribuição nas missões católicas de São Paulo Apóstolo na Etiópia e no norte do Quênia.

Em consonância com as diretivas das Nações Unidas, a ESF orienta a sua ação futura, no âmbito da cooperação, para a formação de alianças com outros atores, proporcionando no seu caso a sua experiência tecnológica e de gestão. No primeiro semestre de 2018 já estamos a colaborar ativamente com a Câmara Municipal de Alcobendas, Mutua Madrileña, Ayuda en Acción ou Plan Internacional España, entre outros.

Por sua vez, durante 2018 intensificaram-se os trabalhos orientados para a procura

de fontes diversificadas de financiamento dos projetos, como resposta à sensível descida da contribuição financeira institucional nos últimos anos. Um projeto de abastecimento elétrico iniciado pela ESF nas Honduras propõe-se introduzir o conceito de copagamento pelo fornecimento, o que representaria uma recuperação do investimento realizado para a sua posterior utilização em novos projetos na mesma comarca.

Em 2017, a OMIE cooperou com a UNICEF através da compra de cartões de Natal, com o objetivo de contribuir para a iniciativa de esta organização no tratamento de água, que dará acesso a uma ampla gama de pessoas que vivem em lugares onde esse recurso é escasso.

©UNICEF/LAO-2015-Noorani-0274/







# 2017

Relatório  
anual

Relatório  
corporativo

► Relatório  
económico

## Índice

1

Balanço

58

2

Demonstração  
dos resultados

59

3

Demonstração das alterações  
no capital próprio

60

4

Demonstração de  
fluxos de caixa

61

5

Relatório de  
auditoria

62

# 1. Balanço

## Balanço em 31 de dezembro de 2017

(Expresso em euros)

<b>ATIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>A. ATIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>11.269.724</b>	<b>11.490.228</b>
Ativos intangíveis	68.206	80.049
Ativos fixos tangíveis	843.493	826.632
Investimentos de longo prazo em empresas do grupo e associadas	7.062.917	7.062.917
Investimentos financeiros de longo prazo	3.295.108	3.520.630
<b>B. ATIVO CORRENTE</b>	<b>194.682.173</b>	<b>280.310.578</b>
Devedores comerciais e outras contas a receber	3.849.424	3.700.455
Clientes por vendas em operações de mercado	164.985.918	225.847.255
Investimentos de curto prazo em empresas do grupo e associadas	-	65.969
Investimentos financeiros de curto prazo	17.758	17.758
Caixa e depósitos bancários	6.220.030	6.271.684
Caixa e depósitos bancários por operações de mercado	19.609.043	44.407.457
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>205.951.897</b>	<b>291.800.806</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>12.754.842</b>	<b>12.291.372</b>
Fundos próprios	12.754.842	12.291.372
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>3.630.757</b>	<b>4.731.448</b>
Provisões De Longo Prazo	3.630.757	4.731.448
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>189.566.298</b>	<b>274.777.986</b>
Dívidas de curto prazo	29.620.138	50.968.650
Dívidas para com empresas do grupo a curto prazo	1.200	1.200
Fornecedores por operações de mercado	154.627.539	200.887.069
Credores comerciais e outras contas a pagar	5.317.421	22.921.066
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>205.951.897</b>	<b>291.800.806</b>

## 2. Demonstração dos resultados

### Demonstração dos resultados correspondendo ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2017

(Expresso em euros)

	Exercício anual terminado em 31 de dezembro	
	2017	2016
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		
Vendas e serviços prestados	17.613.681	17.154.409
Gastos operacionais	(14.522.955)	(13.708.746)
Amortização de imobilizado	(359.709)	(301.816)
Resultado por alienações do imobilizado	-	3.390
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.731.017</b>	<b>3.147.237</b>
Receitas Financeiras	10.857	66.901
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>10.857</b>	<b>66.901</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2.741.874</b>	<b>3.214.138</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(135.837)	(833.509)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.606.037</b>	<b>2.380.629</b>

### 3. Demonstração das alterações no capital próprio

#### Demonstração das alterações no capital próprio correspondendo ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2017

(Expressa em euros)

	Exercício anual terminado em 31 de dezembro					
	2017	2016				
<b>A. MAPA DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>						
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>2.606.037</b>	<b>2.380.629</b>				
Receitas e despesas imputadas diretamente ao capital próprio	-	-				
Transferências para a conta de demonstração dos resultados	-	-				
<b>TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>2.606.037</b>	<b>2.380.629</b>				
<b>B. DEMONSTRAÇÃO DETALHADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>						
	Capital subscrito	Prémio de emissão	Reservas	Resultado de Exercícios Anteriores	Resultado do exercício	TOTAL
<b>SALDO FINAL DO ANO DE 2015</b>	<b>8.200.000</b>	<b>738.235</b>	<b>742.206</b>	<b>-</b>	<b>2.303.016</b>	<b>11.983.457</b>
Total de receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	2.380.629	2.380.629
Operações com sócios						
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.072.714)	-	(2.072.714)
Outras variações no capital próprio	-	-	230.302	2.072.714	(2.303.016)	-
<b>SALDO FINAL DO ANO DE 2016</b>	<b>8.200.000</b>	<b>738.235</b>	<b>972.508</b>	<b>-</b>	<b>2.380.629</b>	<b>12.291.372</b>
Total de receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	2.606.037	2.606.037
Operações com sócios						
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.142.567)	-	(2.142.567)
Outras variações no capital próprio	-	-	238.062	2.142.567	(2.380.629)	-
<b>SALDO FINAL DO ANO DE 2017</b>	<b>8.200.000</b>	<b>738.235</b>	<b>1.210.570</b>	<b>-</b>	<b>2.606.037</b>	<b>12.754.842</b>

## 4. Demonstração de fluxos de caixa

### Demonstração de fluxos de caixa correspondendo ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2017

(Expresso em euros)

	2017	2016
<b>A. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício antes de impostos	2.741.874	3.214.138
Ajustamentos do resultado	914.647	1.201.525
Alterações no capital corrente	(4.250.335)	(6.332.473)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais	(691.951)	(1.060.148)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1.285.765)</b>	<b>(2.976.958)</b>
<b>B. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamentos por investimentos	(384.274)	(1.474.769)
Recebimentos por desinvestimentos	311.036	90.060
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(73.238)</b>	<b>(1.384.709)</b>
<b>C. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos e pagamentos por instrumentos de passivo financeiro	(21.348.499)	50.968.186
Pagamentos por dividendos e remunerações de outros instrumentos de capital	(2.142.567)	(2.072.714)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(23.491.066)</b>	<b>48.895.472</b>
<b>AUMENTO / DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	<b>(24.850.068)</b>	<b>44.533.805</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	50.679.141	6.145.336
Caixa e seus equivalentes no fim do período	25.829.073	50.679.141

## 5. Relatório de auditoria



*This version of our report is a free translation of the original, which was prepared in Spanish. All possible care has been taken to ensure that the translation is an accurate representation of the original. However, in all matters of interpretation of information, views or opinions, the original language version of our report takes precedence over this translation.*

### *Relatório de auditoria de contas anuais emitido por um auditor independente*

Aos acionistas da OMI – Polo Español, S.A. (OMIE):

#### *Opinião*

Auditámos as contas anuais da OMI – Polo Español, S.A. (OMIE) (a «Sociedade»), as quais compreendem o balanço de 31 de dezembro de 2017, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e a memória correspondentes ao exercício findo naquela data.

Na nossa opinião, as contas anuais em anexo expressam, em todos os aspetos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade a 31 de dezembro de 2017, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, em conformidade com o quadro normativo de informação financeira aplicável (que se identifica na nota 2.a da memória) e, em particular, com os princípios e critérios contabilistas contidos no mesmo.

#### *Fundamento da opinião*

Realizámos a nossa auditoria de acordo com a normativa reguladora da auditoria das contas vigente em Espanha. As nossas responsabilidades, de acordo com essas normas, são descritas mais adiante na secção *Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das contas anuais* do nosso relatório.

Somos independentes da Sociedade, em conformidade com os requisitos de ética, incluindo os de independência, que são aplicáveis à nossa auditoria das contas anuais em Espanha, segundo o exigido pela regulamentação que orienta a atividade de auditoria de contas. Neste sentido, não prestámos serviços diferentes dos da auditoria de contas nem se verificou concurso de situações ou circunstâncias que, de acordo com o estabelecido na citada regulamentação orientadora, tenham afetado a necessária independência, de modo a que esta tenha sido comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos proporciona uma base suficiente e adequada para a nossa opinião.

#### *Aspetos mais relevantes da auditoria*

Os aspetos mais relevantes da auditoria são aqueles que, segundo o nosso juízo profissional, foram considerados riscos de incorreção material mais significativos na nossa auditoria das contas anuais do período atual. Estes riscos foram tratados no contexto da nossa auditoria das contas anuais no seu conjunto e na formação de nossa opinião sobre as mesmas e não expressámos uma opinião em separado sobre esses riscos.

*PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L., Torre PwC, Pº de la Castellana 259 B, 28046 Madrid, España  
Tel.: +34 915 684 400 / +34 902 021 111, Fax: +34 915 685 400, www.pwc.es*

1



OMI – Polo Español, S.A. (OMIE)

**Aspetos mais relevantes da auditoria****Avaliação da recuperação do valor contabilístico dos investimentos em empresas do grupo e associadas**

As contas anuais em anexo apresentam os investimentos em empresas do grupo e associadas, que se detalham na Nota 7, no montante de 7 063 milhares de euros.

Conforme se indica na Nota 2.c) das contas anuais em anexo para identificar se existem indícios de imparidades nos referidos investimentos, a Administração compara o património líquido das empresas do grupo e associadas com o montante que consta dos livros da Sociedade relativos a esses investimentos. Caso se verifiquem indícios de imparidade, pelo facto de o valor contabilístico ser superior, a Administração determina o valor recuperável dos ativos mencionados com base no valor atual dos futuros fluxos de caixa gerados pelos mesmos. Estes fluxos de caixa são calculados com base nos planos de negócio aprovados pela Administração. As hipóteses chave consideradas são enunciadas pormenorizadamente na citada Nota 2.c) das contas anuais em anexo.

Por outro lado, a Administração realizou uma análise de sensibilidade sobre as hipóteses mais significativas que, com base na experiência histórica, possam, razoavelmente, sofrer variações.

Em consequência das análises anteriores, a Administração da Sociedade concluiu que não é necessário registar qualquer imparidade no exercício de 2017.

Esta área afigura-se relevante, pois implica a existência de estimativas significativas sobre as hipóteses chave utilizadas (dependentes das condições de mercado) nos cálculos realizados pela Administração para a avaliação da recuperação do valor dos referidos ativos que, se divergente, pode ter um impacto significativo nas contas anuais da Sociedade.

**Modo segundo o qual foi tratada a auditoria**

A nossa análise é iniciada com a identificação dos investimentos que requerem avaliação de imparidades segundo os requisitos das normas de contabilidade.

Com efeito, comprovámos que as projeções de fluxos de caixa realizadas pela Sociedade no passado coadunam-se com os dados reais de forma consistente, o que inclui o acompanhamento da consecução dos planos de negócio da Sociedade.

Mais ainda, avaliámos o processo pelo qual são preparados os cálculos e concluímos que o processo seguido para a sua preparação está sujeito à supervisão e aprovação oportuna pela Administração.

Por outro lado, avaliámos a adequação dos modelos de avaliação utilizados pela Administração, as hipóteses e estimativas utilizadas nos cálculos e as taxas de desconto.

De igual forma, confirmámos a precisão matemática dos cálculos e modelos preparados e dos cálculos de sensibilidade efetuados pela Administração e avaliámos a estimativa da magnitude da mudança que se deve produzir nas hipóteses chave, para que os ativos sofressem imparidades.

Finalmente, considerámos a suficiência da informação revelada nas contas anuais em relação à avaliação do valor recuperável destes ativos.

Com base no trabalho realizado, podemos concluir que a abordagem da Administração é razoável e é suportada pela evidência disponível.



OMI – Polo Español, S.A. (OMIE)

#### Aspetos mais relevantes da auditoria

##### Reconhecimento de rendimentos em negócios regulados

Uma parte significativa das atividades da Sociedade está sujeita ao cumprimento da regulamentação aplicável ao Operador do Mercado Elétrico, segundo se indica na Nota 16 das contas anuais em anexo. O quadro regulatório das principais atividades está detalhado nas Notas 1 e 16 das contas anuais em anexo. A retribuição do exercício de 2017 ascendeu a 14 568 milhares de euros.

Tal e como se indica na Nota 16, a retribuição é calculada através dos preços cobrados aos sujeitos geradores do mercado, tanto em regime ordinário como em regime especial, e financiados com os preços que o operador de mercado cobra aos agentes de mercado de produção que atuam no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade.

Estes factos motivam que esta questão seja uma área de atenção relevante para a nossa auditoria.

##### Provisões

As contas anuais em anexo apresentam provisões no montante de 3 631 milhares de euros que se detalham na Nota 13.

Segundo se descreve na nota 2.c das contas anuais em anexo, os critérios de reconhecimento e discriminação de provisões contêm estimativas sujeitas a interpretações dos factos e circunstâncias atuais, projeções de acontecimentos futuros e estimativas dos efeitos financeiros desses acontecimentos.

Assim, as provisões são avaliadas pelo valor atual dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação, usando uma tipologia antes de impostos que reflita as avaliações do mercado atual do valor temporário do dinheiro e os riscos específicos da obrigação.

Esta área afigura-se relevante, pois implica a existência de estimativas significativas e a aplicação de juízos críticos por parte da Administração.

#### Modo segundo o qual foi tratada a auditoria

A nossa resposta de auditoria para a análise do reconhecimento de rendimentos de caráter regulatório inicia-se através da obtenção de um entendimento do quadro regulatório das atividades da Sociedade.

Desta forma, realizámos uma análise das mudanças produzidas durante o exercício, as alterações legislativas aprovadas e os seus impactos nas contas anuais.

Igualmente, comprovámos, através de provas pormenorizadas, que os rendimentos regulados foram calculados de acordo com a regulação aplicável.

Finalmente, considerámos a suficiência e adequação da informação revelada nas contas anuais em relação ao quadro regulatório e as suas implicações contabilistas.

Com base nos procedimentos realizados, os impactos relativos aos diferentes quadros regulatórios a que está exposta a Sociedade são refletidos razoavelmente nas contas anuais em anexo.

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros, os seguintes:

Obtenção da relação de provisões elaboradas pela Administração cotejando os montantes com a contabilidade e realizando o movimento do exercício, analisando tanto entradas como saídas.

Procedemos, igualmente, à leitura das atas do Conselho de Administração.

Selecionámos uma amostra entre as principais provisões que foi analisada com recurso à documentação respetiva.

Finalmente, considerámos a suficiência e a adequação da informação revelada nas contas anuais.

Com base no trabalho realizado, podemos concluir que a abordagem da Administração é razoável e é suportada pela evidência disponível.



OMI – Polo Español, S.A. (OMIE)

#### Clientes e fornecedores por operações de mercado

Tal e como se indica nas Notas 11 e 14 das contas anuais em anexo, o montante de clientes por vendas em operações de mercado e prestadores por operações de mercado, ascende a 157 e 155 milhões de euros, respetivamente.

Os montantes registados surgem após a adoção da regulamentação aplicável indicada na Nota 1 das contas anuais em anexo, segundo a qual a Sociedade atua como contraparte central das compras e vendas do mercado diário de produção, ao ser responsável pela gestão económica do sistema, recebendo as ofertas de venda e aquisição de energia elétrica, efetuando as liquidações do mercado diário e intradiário de energia elétrica.

Assim, ao agir na qualidade de contraparte, integra no seu balanço sob as rubricas «dinheiro em caixa e outros ativos líquidos equivalentes por operações de mercado» e «outras dívidas» o saldo das garantias recebidas dos operadores do mercado diário de produção.

Esta área afigura-se relevante devido à magnitude dos montantes registados.

O nosso trabalho para a avaliação desta área incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos:

Obtivemos a relação de montantes para cotejá-los com os montantes inscritos na contabilidade.

Comprovámos que os montantes de clientes e fornecedores são similares aos dos rendimentos e despesas, analisando uma mostra das cobranças e pagamentos pendentes no fecho do exercício.

Instruímos os nossos peritos informáticos para comprovar se os montantes do sistema coincidem com os da contabilidade.

Obtivemos a confirmação externa da entidade financeira respetiva em relação ao montante registado na rubrica «dinheiro em caixa e outros ativos líquidos equivalentes por operações de mercado» -

Finalmente, considerámos a suficiência e a adequação da informação revelada nas contas anuais.

Com base nos procedimentos realizados, os impactos relativos segundo o quadro regulatório a que está exposta a Sociedade são refletidos razoavelmente nas contas anuais em anexo.

#### Outras informações Relatório de gestão

A outra informação compreende exclusivamente o relatório de gestão do exercício de 2017, cuja formulação é da responsabilidade dos administradores da Sociedade e não faz parte integral das contas anuais.

A nossa opinião de auditoria sobre as contas anuais não abrange o relatório de gestão. A nossa responsabilidade sobre o relatório de gestão, em conformidade com o exigido pela regulamentação orientadora da atividade de auditoria de contas, consiste em avaliar e informar sobre a concordância do relatório de gestão com as contas anuais, a partir do conhecimento da entidade obtido na realização da auditoria das contas mencionadas e sem incluir informação diferente da obtida como evidência durante a mesma. Assim, a nossa responsabilidade consiste em avaliar e informar se o conteúdo e apresentação do relatório de gestão estão em conformidade com a regulamentação aplicável. Se, baseando-nos no trabalho realizado, concluirmos que existem incorreções materiais, somos obrigados a reportá-las.

Com base no trabalho realizado, segundo o descrito no parágrafo anterior, a informação que contém o relatório de gestão concorda com a das contas anuais do exercício 2017 e o seu conteúdo e apresentação estão em conformidade com a regulamentação aplicável.



OMI – Polo Español, S.A. (OMIE)

### *Responsabilidade dos administradores em relação às contas anuais*

Os administradores são responsáveis por formular as contas anuais em anexo, de forma a que expressem a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da Sociedade, em conformidade com o quadro normativo de informação financeira aplicável à entidade em Espanha, e do controlo interno que considerem necessário para permitir a preparação de contas anuais isentas de incorreção material, devido a fraude ou erro.

Na preparação das contas anuais, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade da Sociedade para continuar como empresa em funcionamento, revelando, segundo o que corresponda, as questões relacionadas com a empresa em funcionamento e utilizando o princípio contabilista da empresa em funcionamento exceto se os administradores tiverem intenção de liquidar a sociedade ou de cessar as suas operações, ou então não exista outra alternativa realista.

### *Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das contas anuais*

Os nossos objetivos são obter uma segurança razoável de que as contas anuais, no seu conjunto, estão isentas de incorreção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que contém a nossa opinião.

Segurança razoável é um elevado grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação orientadora da atividade de auditoria de contas vigente em Espanha detete sempre uma incorreção material quando existe. As incorreções podem dever-se a fraude ou erro e consideram-se materiais se, individualmente ou de forma agregada, for possível prever-se razoavelmente que tenham influência nas decisões económicas que os utilizadores tomam, baseando-se nas contas anuais.

No âmbito de uma auditoria em conformidade com a regulamentação orientadora da atividade de auditoria de contas vigente em Espanha, aplicámos o nosso juízo profissional e mantivemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificámos e avaliámos os riscos de incorreção material nas contas anuais, devido a fraude ou erro, concebemos e aplicámos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não ser detetada uma incorreção material devido a fraude é mais elevado do que no caso de uma incorreção material devida a erro, já que a fraude pode implicar colusão, falsificação, omissões deliberadas, declarações deliberadamente falsas ou evasão ao controlo interno.
- Obtivemos conhecimento do controlo interno relevante para a auditoria, com o intuito de conceber procedimentos de auditoria que sejam adequados em função das circunstâncias e não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliámos se as políticas contabilistas aplicadas são adequadas e a razoabilidade das estimativas contabilistas e a respetiva informação revelada pelos administradores.



OMI – Polo Español, S.A. (OMIE)

- Concluimos sobre a adequação da utilização, pelos administradores, do princípio contabilista de empresa em funcionamento e, baseando-nos na evidência de auditoria obtida, concluimos sobre se existe ou não uma incerteza material relacionada com factos ou com condições que podem gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para continuar como empresa em funcionamento. Se concluirmos que existe uma incerteza material, esta terá de ser indicada no nosso relatório de auditoria sobre a respetiva informação revelada nas contas anuais ou, se essas revelações não forem adequadas, manifestaremos uma opinião modificada. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. No entanto, os factos ou condições futuros podem ser a causa pela qual a Sociedade deixe de ser uma empresa em funcionamento.
- Avaliámos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das contas anuais, incluindo a informação revelada, e se as contas anuais representam as transações e factos subjacentes de um modo que consiga expressar a imagem fiel.

Entrámos em contacto com os administradores da entidade em relação a, entre outras questões, o alcance e o momento de realização da auditoria planeada e as descobertas significativas da auditoria, bem como qualquer deficiência significativa do controlo interno que identificámos no decurso da auditoria.

Entre os riscos significativos que foram objeto de comunicação aos administradores da entidade, determinamos os que se revestem de maior importância na auditoria das contas anuais do período atual e que são, consequentemente, os riscos considerados mais significativos.

Descrevemos esses riscos no nosso relatório de auditoria, salvo se as disposições legais ou regulamentares proibirem a revelação pública da questão.

---

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. (SO242)

Originalmente assinado Iñaki Goiriena Basualdu (16198)

3 de maio de 2018

**emie**

[www.emie.es](http://www.emie.es)